e filiada à ABRACEN e WORLD UNION OF WHOLE MARKETS – WUWM.

§ 3º A CEASA/PA deverá atuar segundo os princípios da legalidade, da impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Art. 2º A CEASA/PA tem atuação em todo o território estadual, podendo instalar, manter, transferir e suprimir filiais e mercados em qualquer parte deste Estado, bem como representações e escritórios onde lhe convier, observando as disposições legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

Art. 3º A CEASA/PA terá como objeto social ordenar a função de abastecimento de gêneros alimentícios no Estado do Pará.

Art. 4º A sociedade terá duração por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 5º A CEASA/PA operará mediante o regime de capital social autorizado de R\$ 1.813.099,74 (um milhão, oitocentos e treze mil, noventa e nove reais e setenta e quatro centavos), que será composto por ações ordinárias ou preferenciais nominativas, correspondendo a R\$ 1,00 (um real) o valor de cada ação, pertencentes, majoritariamente, ao Estado do Pará, com a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, podendo o Estado integralizá-lo em dinheiro ou em bens e direitos avaliados na forma da legislação pertinente.

§ 1º Poderão participar do capital social da CEASA/PA outras entidades do setor público e privado, desde que o Estado mantenha, no mínimo, a titularidade da maioria das ações com direito a voto.

§ 2º As ações, os certificados e as cautelas que as representem serão assinadas pelo Diretor Presidente e um Diretor.

§ 3º A sociedade pode adquirir parte de suas próprias ações, para o fim de cancelá-las ou de mantê-las em Tesouraria para alienação.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever e integralizar o capital da CEASA/PA com os seguintes bens e direitos, na forma do caput deste artigo:

I – imóveis;

II – ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Estado e de suas autarquias, no capital de sociedades anônimas, que não sejam necessárias para assegurar o exercício do respectivo poder de controle em caráter incondicional;

III – títulos de dívida pública emitidos na forma da legislação aplicável;

IV – outros bens e direitos de titularidade direta ou indireta do Estado, inclusive recursos federais, cuja transferência independa de autorização legislativa específica e os autorizados previamente na Assembleia Legislativa;

V – direitos creditórios do Programa de Desenvolvimento;

VI – cotas de fundos de investimentos imobiliários, Fundos de Investimentos em Participações ou Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, os quais poderão ser lastreados por ativos recebíveis, inclusive aqueles originados de contratos de mútuo, de compromissos de compra e venda, de contratos de locação ou de promessa de locação, de taxas ou tarifas de serviços.

§ 5º Os imóveis a serem integralizados no capital social da CEASA/PA serão indicados por ato do Governo do Estado.

§ 6º A utilização por particulares, qualquer que seja a finalidade proposta das dependências da CEASA/PA, obedecerá ao regime de concessão ou permissão remunerada de uso.

§ 7º O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas.

§ 8º Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral dos acionistas.

CAPÍTULO III DA FINALIDADE

Art. 6º A CEASA/PA terá por objetivo central ordenar a função de abastecimento de gêneros alimentícios no Estado do Pará.

Parágrafo único. A empresa poderá receber recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade da União para o pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.

CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS

Art. 7º Para a consecução do seu objetivo central, cabe especificamente à CEASA/PA:

I – instalar, administrar e/ou supervisionar a gestão das Centrais de Abastecimento, mercados no âmbito do Sistema de Abastecimento, explorar o uso remunerado de espaços cedidos a título precário a terceiros, que visem: à comercialização de produtos agropecuários, hortifrutigranjeiros, avícolas, pesqueiros, frios, estivas e cereais, atípicos e outros produtos, bem como outras ações, executando, ainda, serviços conexos inerentes às atividades, praticando quaisquer atos pertinentes aos seus fins e/ou operacionalização de infraestrutura logística;

II – construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortifrutigranjeiros, flores, plantas e outros produtos alimentícios, além de efetuar a compra, venda, transporte e abastecimento desses gêneros, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando competir-lhe a participação em programas sociais em sintonia com a política governamental;

III – participar dos planos e programas do Governo para a produção e abastecimento, a nível local, regional e nacional, promovendo e facilitando o intercâmbio de mercado com as unidades do sistema e entidades vinculadas ao setor;

IV – firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes às suas atividades, ouvido o Conselho de Administração ou ad referendum desse;

V – desenvolver em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica de Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional;

VI – padronizar, fiscalizar, classificar produtos e subprodutos de origem vegetal, executando os serviços e atos pertinentes aos seus fins, e, na forma da legislação vigente, emitir certificados de classificação e documentos correlatos;

VII – estabelecer e desenvolver relação de troca de serviços, de forma cooperada e multidisciplinar, soluções técnicas adequadas às necessidades de inovação e modernização de abastecimento e logística de suas atividades afins, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação interorganizacional no setor público agrícola do Estado;

VIII – contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, através de concepção e coordenação de programas e projetos alimentares e nutricionais de combate à fome, inclusive com políticas de erradicação ao desperdício na CEASA/PA e em outras Centrais, em parceria com instituições públicas e/ou privadas;

IX – dar suporte e fomentar o surgimento e consolidação de novos empreendimentos voltados para o abastecimento, produção, industrialização e comercialização de produtos alimentícios e afins;

X – apoiar a concepção e implantação de políticas públicas de desenvolvimento, abastecimento e produção agrícola do Estado do Pará e outras regiões do País;

XI – apoiar, técnica e administrativamente, os órgãos e entidades do Poder Executivo ou organismos a ele vinculados, com atribuições de fiscalização, orientação e coordenação da política de abastecimento;

XII – criar condições para implantação da cooperação e parceria entre instituições privadas e públicas na área de abastecimento e produção agrícola do Estado do Pará, implementando o desenvolvimento local, regional e nacional, participando dessas parcerias sempre que pertinente;

XIII – conceber, estruturar e gerenciar, em parceria com entidades públicas e da iniciativa privada, projetos de infraestrutura, revitalização e desenvolvimento da CEASA/PA, mantendo sempre preservadas as condições ambientais locais;

XIV – desenvolver ações no sentido de fomentar o marketing e a promoção comercial do ambiente de negócios dos usuários fixos ou eventuais da CEASA/PA, bem como os produtores oriundos da agricultura de base familiar;

XV – planejar, projetar, construir, manter, operar, ampliar e melhorar, diretamente ou através de terceiros ou com a iniciativa privada e/ou pública, as instalações físicas próprias e de seus parceiros, os seus processos internos de qualificação e motivação do capital humano próprio e dos parceiros, visando aumentar, de forma constante, a qualidade dos resultados de todas as suas ações e de seus parceiros, por meio de instrumentos legais atinentes;

XVI – planejar, executar e gerenciar o comércio atacadista de estivas e cereais, frutas, verduras raízes, tubérculos, hortaliças, legumes, flores e plantas, carnes, peixes e produtos correlatos, e, ainda, leite e seus produtos derivados e produtos atípicos;

XVII – conceber, elaborar, executar, acompanhar e avaliar treinamentos e cursos de capacitação nas áreas de qualificação e requalificação profissional, social e desenvolvimento técnico científico, visando a preparação do trabalhador, dos produtores e das empresas para o mercado;

XVIII – realizar diretamente ou por meio de terceiros serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva de armazéns, silos, galpões e outros equipamentos, sob sua responsabilidade, com mão de obra própria ou contratadas;

XIX – conceber, construir, readequar, readaptar, adaptar, operar e gerir equipamentos de abastecimento, produção, transporte, distribuição e beneficiamento de produtos e subprodutos agropecuários, podendo, para tanto, abater e beneficiar produtos

e subprodutos de origem animal e vegetal, no sentido de prestar suporte executivo às esferas privada e pública, federal, estadual e municipal, na execução de serviços e atividades voltadas ao desenvolvimento de programas e projetos técnicos, científicos e operacionais.

Parágrafo único. Os excedentes financeiros alcançados pelas atividades da CEASA/PA serão obrigatoriamente reinvestidos no desenvolvimento de suas próprias atividades, assim como na formação de capital humano para gestão, desenvolvimento e operação de produtos e processos inovadores na área de abastecimento, produção agroindustrial e de base logística, nas proporções definidas em seu Estatuto e no Regimento Interno.

Art. 8º A CEASA/PA, mediante ato do chefe do Poder Executivo, fica outorgada nos direitos de exploração dos serviços de abastecimento, para serem alocados em projetos de investimento de interesse do Estado.

Parágrafo único. Os direitos das outorgas transferidos à CEASA/PA poderão ser cedidos a terceiros contratados, públicos ou privados, mediante licitação.

Art. 9º Para a consecução de seus objetivos, a CEASA/PA poderá:

I – celebrar, de forma isolada ou em conjunto com a Administração Direta e Indireta do Estado, contratos que tenham por objeto:

- Elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços e as respectivas implementações, execuções e fiscalização;
- locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou modalidade onerosa de instalação, equipamentos ou outros bens, que podem ser vinculados a projetos de Parceria Público-Privadas.

II – assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos que trata o inciso I deste artigo;

III – contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observando a legislação pertinente;

IV – contratar com a Administração Direta ou Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso de outra modalidade onerosa de instalações, equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;

V – prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;

VI – explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

VII – contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;

VIII – integralizar cotas em fundos de qualquer natureza, inclusive em benefício do fundo previdenciário do Estado; e

IX – exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, conforme previsão em seu Estatuto Social.

Parágrafo único. O negócio poderá ficar condicionado à constituição de Sociedade de Propósito Específico, coincidente com o objeto do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária do contratado pelo cumprimento integral das obrigações que a essa sociedade couberem.

Art. 10. Para cumprir as suas finalidades e objetivos, a sociedade elaborará plano, projetos e programas compatíveis com as diretrizes básicas emanadas do Governo do Estado.

Art. 11. No que se refere a normas de administração, a CEASA/PA:

I – Adotará:

a) sistema de administração e pessoal na forma definida em Regimento;

b) plano de classificação e avaliação de cargos e salários compatível com o de mercado de trabalho e em harmonia com as demais entidades vinculadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP;

c) mecanismo de coordenação funcional que assegure efetiva integração com as demais entidades.

II – Elaborará, adequados ao seu programa de trabalho:

a) orçamento econômico financeiro;

b) sistema de acompanhamento e avaliação de resultados com base em informações sobre custos e indicadores de desempenho.

III – Os diretores e os membros do Conselho Fiscal, ao assumirem suas funções, prestarão declaração de bens anualmente renovada.

Art. 12. A CEASA/PA poderá receber do Estado transferências voluntárias de recursos para o custeio de despesas operacionais.

Art. 13. A CEASA/PA disporá de quadro próprio de pessoal em conformidade com seu Estatuto, podendo, ainda, para a consecução de seus objetivos, celebrar convênios com órgãos e entidades da Administração Estadual e contratar, observada a legislação pertinente, serviços especializados de terceiros.

Parágrafo único. A Administração Direta e Indireta do Estado poderá ceder servidores e empregados de seus quadros para prestarem serviços à CEASA/PA.